



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1982.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airon Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer. (47), ahcando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Del Ciel, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Leônidas Chaves, Mário Celso, Pinto Dias, Romero Filho e Wilson Fortes. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao projeto de lei que cria o Município de Sulina, desmembrado do Município de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER a inserção de um voto de pesar na ata dos trabalhos da sessão de hoje, pelo falecimento do Sr. Vitório Greboge.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA.

JUSTIFICATIVA:

De tradicional família de Curitiba e de São José dos Pinhais, o Sr. Vitório Greboge era, acima de tudo, um homem trabalhador, respeitável e bom pai de família.

Morador na rua Januário Alves de Souza, no Bairro do Boqueirão, seu desaparecimento deixou consternados não apenas seus familiares, mas também um grande número de amigos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelas Bodas de Prata do Monsenhor JORGE ANTÔNIO DA COSTA GUIMARÃES, realizada em 22 de dezembro de 1981.

O Monsenhor Jorge é pároco no Distrito de Antônio Paranhos, Município de São Jorge do Oeste, Diretor do Colégio Antônio Paranhos e da Escola de 1.º Grau do mesmo distrito, e ainda, fundador da Cáritas Diocesana de Palmas onde foi Reitor do Seminário de Palmas por mais de 10 (dez) anos.

REQUER-SE, outrossim, que se dê ciência do presente ao Bisto de Palmas e ao interessado na Paróquia de Sede Paranhos, Município de São Jorge do Oeste.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata de MOÇÃO DE APLAUSO, pela elevação da Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Glória, à dignidade de BASÍLICA MENOR.

Com a elevação da Catedral de Nossa Senhora da Glória, à dignidade de primeira Basílica Menor, no Estado do Paraná, torna-se um "Santuário", centro de orações, de peregrinações, ressaltando sua grande finalidade: um convite à prece e ao pensamento da eternidade.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade ressaltar a importância, não apenas para a legião de católicos maringenses, mas para toda a comunidade do Estado do Paraná, que se reveste à elevação da Catedral Nossa Senhora da Glória, de Maringá, a dignidade de primeira Basílica Menor de Nosso Estado.

Ao pedir a consagração de Moção de Aplauso, pelo evento, é necessário destacar a importância não apenas religiosa do mesmo que, como ficou consignado no corpo do presente, aquele Templo tornou-se um Santuário, centro de orações e peregrinações, mas também, o trabalho incansável de Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano, que, chegando a Maringá em 24 de março de 1957, dedicou-se com imensurável amor à sua missão Pastoral, fazendo-se presente ao lado dos mais humildes e fracos, amparando e orientando a todas as gentes, dirigindo a Igreja que está em Maringá como verdadeiro sucessor do Príncipe dos Apóstolos, São Pedro.

Ao lado de sua inigualável ação Pastoral, Dom Jaime, sonhou construir em Maringá um templo que marcasse para sempre a fé inabalável daquele povo que o acolhia tão carinhosamente.

Assim concebeu a visão, que encontraria na planilha do arquiteto José Augusto Belucci, as formas finais para construção da atual Basílica de Nossa Senhora da Glória, que, na Galeria dos monumentos mais altos do mundo, ocupa o décimo lugar, com seus 124 metros de altura.

A população da Província Eclesiástica de Maringá, que perfazem um número aproximado de 1.600.000 habitantes, integrou-se ao arrojado plano, e, sob a liderança de Dom Jaime, possibilitou a construção da grandiosa obra.

Hoje, proclamado o Decreto de Sua Santidade o Papa João Paulo II, elevando-se à dignidade de Basílica, todos sentem-se recompensados pelo esforço dispendido.

Esta Casa, não pode ficar alheia ao júbilo do povo maringense, e, a presente consagração de aplauso é o mínimo que podemos fazer para nos associarmos a grandiosidade do feito.

Requer ainda, seja dado ciência do presente, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano de Maringá.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de um voto de aplauso à Secretaria de Estado da Agricultura, pelo trabalho desenvolvido na Operação Vacina-Cão, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pela importância do trabalho desenvolvido e os resultados altamente compensadores verificados durante a vacinação anti-rábica executada em todo o Estado, através de postos fixos sob a denominação de "Operação Vacina-Cão".

Num esquema que funcionou num único dia, foi possível efetuar a vacinação de 980.719 cães, atingindo um percentual de 92,25%, com o apoio dos Núcleos Regionais de Paranavai, Jacarezinho, Cornélio Procopio, Londrina, Maringá, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Umuarama, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Campo Mourão, Ponta Grossa, Curitiba, Paranaguá e Cascavel.

A Operação Vacina-Cão deste ano, ocorreu num único dia entre 8 e 18 horas e representou um aperfeiçoamento do trabalho levado a efeito no ano passado, quando a vacinação foi realizada de casa em casa, levando 27 dias úteis na Capital e 60 dias úteis no interior.

A inovação adotada pelo Secretário da Agricultura, Eugênio Stefanello propiciou maior rapidez no desempenho da campanha e redução de custos. Só na Capital a população canina vacinada foi de 132.367, chegando inclusive a ultrapassar a meta pretendida de 108.000 cães.

Ao todo, foram vacinados em Curitiba, 85,5% dos cães existentes.

Em Curitiba funcionaram ao todo 1.248 postos assim distribuídos: 629 instalados pela Secretaria, 588 postos fixos, 17 em clínicas e outros 24 em Módulos da Polícia Militar.

Participaram da Operação 819 pessoas, entre médicos veterinários, acadêmicos auxiliares, policiais da PM, Exército, Aeronáutica e elementos da Prefeitura.

Merece também registro, pelo sucesso alcançado na Operação, a coordenação dos trabalhos realizados pelo médico-veterinário Wollaston Ney Graça Vianna, Executor Estadual do Combate à Raiva Animal.

Louve-se igualmente, a compreensão e colaboração da população paranaense que compreendeu a dimensão social da "Operação Vacina-Cão".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de um Voto de Aplauso ao jornalista Edevardes João Sartori, pelo transcurso do vigésimo ano de suas atividades profissionais na área da comunicação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar justa homenagem ao Sr. Edevardes João Sartori, que completa, no corrente mês, vinte anos de atividade na imprensa e no rádio de Rio Negro, no Paraná e em Mafra, Santa Catarina, cidades onde ficou sendo mais conhecido por seus leitores e ouvintes pelo nome de J. Sartori. Dono de um poder de comunicação incomum, Sartori possui também as qualidades inerentes a um jornalista e radialista experiente do Interior. Sua passagem pelo jornalismo social, político e esportivo faz dele um dos mais lidos e respeitados comentaristas do Sul do Estado e de Santa Catarina.

Iniciou no extinto "Nosso Jornal", de Rio Negro, em 1962. Por vários anos manteve coluna no "Jornal de Joinville", onde já estivera anteriormente. Ali, inaugurou novo estilo de jornalismo social, passou pela reportagem até chegar à direção da redação. Enfrentou também muitas dificuldades, das quais saiu bem sucedido através de luta árdua e perseverante. Não são poucas as promoções sociais dele que marcaram época em Rio Negro e Mafra.

Sartori é ainda correspondente de vários jornais de âmbito nacional e regional, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tem colaborado em Curitiba com a "Gazeta do Povo", a "Tribuna do Paraná" e "O Estado do Paraná".

Além disso, mantém colunas semanais nos jornais "Gazeta de Itaipópolis" e "Noticiário de Rio Negrinho", ambos do vizinho Estado de Santa Catarina.

Seu trabalho, contudo, não pára aí. Por doze anos consecutivos, vem mantendo, na Rádio São José, de Mafra, o Programa J. Sartori. Como radialista, começou na Rádio Difusora São José, de Mafra, onde permanece até hoje e mantém também um programa diário, com 15 minutos de duração, para comentários esportivos. Sartori é o que se pode chamar de um profissional polivalente da comunicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, EDSON MACHADO, solicitando a imediata implantação do curso de Segundo Grau, na Escola Milton Carneiro, localizada no Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Hoje, mais do que em qualquer outra época, ampliar as oportunidades de estudo é uma necessidade de importância vital para o desenvolvimento do País.

É muito grande, portanto, a responsabilidade que o Governo tem nesse aspecto.

Por esta razão, encaminhamos esta solicitação ao Secretário Edson Machado, homem sensível aos problemas da educação.

A implantação do curso de 2.º grau, na Escola Nilton Carneiro se torna necessária pelo fato de que é grande o número de jovens que, completando os estudos do 1.º grau, abandonam a continuidade desses estudos pela absoluta falta do curso subsequente.

Poder-se-ia dizer, até mesmo, que a quase totalidade dos alunos do 1.º grau abandonam os estudos após concluído esse curso.

E a lacuna existente poderia ser preenchida com a implantação do curso que estamos reivindicando ao Sr. Secretário da Educação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Presidente da COPEL - Cia. Paranaense de Energia Elétrica, encarecendo medidas no sentido de ser efetuada a ligação elétrica da casa 34, da Rua 4, Vila Rex, próximo a Vila São Pedro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de família numerosa, inclusive com diversas crianças na casa, e que se ressentem do problema da falta de energia elétrica, fato espantoso, notadamente por se tratar de bairro da Capital.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada a data de 27 de abril próximo, para a Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Calisto de Medeiros, outorgado através da Lei n.º 7497, de 01/10/81.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES DE CAMARGO, pedindo a elevação da Comarca de Capanema para Entrância Intermediária, atendendo aos anseios da população de Capanema, representada pelo movimento Campanha Comunitária para elevação da Comarca de Capanema.

Ao presente estou anexando toda a documentação relativa a esta solicitação e requeiro a Vossa Excelência ainda que sejam enviadas cópias do expediente em questão, ao representante da Campanha Comunitária para elevação da Comarca de Capanema, ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gemote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Até 1983, com o fechamento das comportas da represa de ITAIPU, desaparecerá do mapa uma das mais vertiginosas belezas naturais que Deus tão generosamente nos proporcionou.

Refiro-me às SETE QUEDAS DE GUAÍRA, onde os índios Guaranis aprendiam a identificar a voz de seus deuses, onde Jesuítas e índios fundaram a República de Guaíra, onde os olhos cobiçosos dos ingleses deixaram rastros da exploração colonial, onde passou a Colina Prestes, enfim lugar de encruzilhadas de marcos históricos.

Passaram os índios, os Jesuítas, os Bandeirantes, os ingleses, os Pioneiros Colonizadores Gaúchos e hoje passam os turistas. Todos deixaram marcas de venerável respeito a tão majestosa obra da criação divina.

Ninguém ousou tocar nela a não ser os despossuídos de alma e de sentimento, fulminados pela auto suficiência típica do tecnocrata, dominado pela paixão indomável por um progresso feito de lucros e vantagens materiais, com seus corações metálicos, frios e calculistas ousaram decretar a morte a uma das mais majestosas maravilhas da criação.

Loucos, os que pensam poder suplantar a beleza, a majestade, a imperiosidade e valentia com que as águas do Rio Paraná param um renanço com que na atitude de quem se concentra para uma dura prova e depois, com impetuosidade e fúria, se lançam ao precipício, produzindo uma divina sinfonia orquestrada no bramir das águas, simbolizando a força e a coragem de quem ao criar o homem lhe deixou a liberdade até de desafiá-lo.

ITAIPU, orgulho dos tecnocratas, desencanto dos ecologistas, depois de se acentar feito proxeneta internacional sobre comunidades, vilas, patrimônios, levando de arrasto povos, culturas, tradições, comunidades indígenas, investe agora seu último golpe contra as SETE QUEDAS.

O Brasil, sob orientação destes malignos deuses tecnocratas, reafirma sua opção pelo ACORDO NUCLEAR BRASIL/ALEMANHA, por CARAJÁS e por ITAIPU.

Mas por tudo isso há um preço a pagar: (diz-nos a carta convite ao ATO PÚBLICO do dia 03 de abril) crucificaremos o gigante de Guaíra para comungar de sua carne transubstanciada em energia.

O rolo compressor dos tecnocratas nos jogam aos pés deste evento, impotentes sem tempo e sem forças para reagir e evitar a catástrofe ecológica que poderá ser produzida pelos deuses tecnocratas.

Não nos resta mais nada a fazer do que lamentar e chorar com veemência e com protesto:—

— pelos que foram despedidos de suas terras e muitos errantes e perdidos na longínqua Amazônia, outros agonizando sem indenização e tempo para o reamentamento;

— pelos povoados e patrimônios que jazem à beira das rodovias sem vida e de triste aspecto fúnebre, como se houvessem sido atingidos por um sinistro vendaval, que sem ruído e sem trovoadas deixou atrás de si casas arrancadas e ruínas;

— pelos índios Avá-Guarani (Chiripá) que além de não terem sua origem reconhecida pela FUNAI, tiveram suas terras tomadas e seus ranchos queimados em 1975 pelos funcionários do INCRA para a implantação do PIC-OCOI, que veio beneficiar também o donatário de Medianeira Luiz Bonato. E que agora são expulsos por ITAIPU e FUNAI sem lhes reconhecer a

identidade nativa;

— pelas SETE QUEDAS que será velada por um grupo de ecologistas que irão acampar no extinto parque.

Diante de tão triste evento desaparece nossas diferenças partidárias, religiosas e raciais, que assumam dimensões simplesmente humanas o Paraná todo se cobrirá de luto no dia 3 de abril às 14:00 horas na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, quando da realização do Ato Público - "ADEUS SETE QUEDAS" - organizado pelo Movimento "SETE QUEDAS VIVERÁ".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno, nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 14 de março, foi lançado o "Projeto Curupira", para melhorar o ambiente. E tenho em mãos, da Sub-Chefia de Comunicação Social, da Casa Civil, portanto do Palácio, as informações para a imprensa, com o objetivo de divulgar o "Projeto Curupira". Não vou ler na íntegra esta informação, mas apenas alguns trechos para que nos possamos situar no pronunciamento que ora faço nesta Casa.

Foi lançado o "Projeto Curupira" no Edifício Castelo Branco, onde estiveram, na passagem do terceiro ano do Governo Ney Braga, para falar de dados estatísticos e números, Secretários, Deputados e outras autoridades, bem como dirigentes de entidades preservacionistas.

O "Projeto Curupira" reúne os esforços do Governo do Estado do Paraná. Terá o selo do "Projeto Curupira", o menino índio que segundo informação, representa a primeira manifestação ecológica natural brasileira. A campanha através de Portaria da Área da SUREHMA, convênios das Secretarias do Interior e Educação, cria-se também o troféu "Curupira" e grupos de Curupiras, formados por crianças em idade escolar.

Premiará anualmente uma entidade, uma pessoa e um curupira. Terá também o programa "Vigilantes Curupira". O Governo do Estado lançará o troféu "Curupira"; o Governo Ney Braga, escolheu como símbolo da campanha, justamente a figura do Curupira que passará a partir de agora, ou seja, dia 14 de março, a constar de toda ação ao trabalho voltado à área de preservação do meio ambiente, flora e fauna do Paraná.

Sr. Presidente, inicialmente trago um recorte de publicação do jornal "Gazeta do Povo", onde é colocado o título na coluna de Dino Almeida, "Curupira, Como Símbolo Nacional".

O "Projeto Curupira", lançado pelo Governador Ney Braga, foi apresentado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente em Brasília, primeiro pelo Secretário de Comunicação Social Marcos Aurélio de Castro e depois pelos jornalistas Jorge Narosniak. Entusiasmado com a idéia, o Secretário Paulo Nogueira Batista pretende encampá-lo nacionalmente, além de fazer com que represente o Brasil na mostra de defesa do meio ambiente a ser realizada em maio em Nairobi.

A interpretação do caráter do indiozinho diferente em diversas regiões do País, é segundo o jornalista Marcos de Castro, o maior programa para transformar Curupira em símbolo nacional. No Sul, o Curupira é índio bom, defensor do meio ambiente. No Nordeste é homem mal, demônio malvado.

Srs. Deputados, não sei se houve intenção do Governo em fazer uma auto crítica de seu trabalho para criar o "Projeto Curupira". Não sei, também, se o Governo do Estado do Paraná baseou-se em algum membro deste Governo para criar este

símbolo do Curupira.

A verdade é que nós vamos, a partir de agora, falar o que significa na realidade Curupira.

Curupira, na Enciclopédia Delta Larousse), ente fantástico, cujos rastros enganosos levam os homens a perderem-se na floresta tropical. Responsável pelos rumores misteriosos, desaparecimento de caçadores, esquecimento de caminhos e pavores súbitos e inexplicáveis. Gosta de fumo e pinga. Tem medo da cruz e se encontra, esta cria muda de itinerário. Acerta contratos secretos com os caçadores, dando-lhes armas infalíveis a troco de alimentos sem pimenta ou alho, que abominam e punindo-os com abandono e até com a morte, se esquecem, traem, ou propalam o acerto.

Mais adiante, Dicionário Aurélio, Curupira, o coberto de pústulas, perverso, depravado, sujeito infame, de péssimo caráter. Este é o dicionário Aurélio.

Dicionário da língua tupi, de autoria de Gonsalves Dias, Curupira, espírito mal que habita nas florestas.

O grande dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa, de Francisco Bueno, define Curupira, como sendo forma correta por quê o tupi Guarani não possui "erres" fortes. Foi o português corrupto que influenciou.

O Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas Auleti, determina Curupira como espécie de Lobisomem.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O dicionário prático da Língua Nacional, de Mesquita Carvalho: Curupira, malfasejo que enreda os trilhos de picadas e das encruzilhadas, os caminhos solitários para iludir o andante e sugar-lhe o sangue. Esta é a definição do Dicionário Prático da Língua Nacional.

No entendimento do Palácio Iguaçu, no Sul o Curupira é índio bom, defensor do meio ambiente. Da enciclopédia Delta Larousse, do Maranhão para o Sul, o Curupira é geralmente conhecido por Curupira Caipora.

O Dicionário Escolar do Professor editado pelo Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1962, "Caipora", ente fabuloso da mitologia dos nossos indígenas, habitante das matas, azar, má-sorte, infelicidade, pessoa que dá azar, mau-olhado. O Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa, Volume I, página 325: "Caipora" - sujeito que, de acordo com a crendice popular, traz desgraça às pessoas de quem se aproxima - não sei se é isto que o Governo está fazendo. "Caiporice", que tem azar, infeliz com tudo que faz, designativo da pessoa que, segundo a superstição popular, traz má-sorte ou embaraços, o Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de origem Tupi, páginas 83 e 84, autor "Antônio Geraldo da Cunha", editado pelo Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura: "Caipora" - entre os indígenas, designava um ente sobrenatural que trazia infelicidade a quem o via; indivíduo que traz má-sorte aos seus semelhantes, infeliz, azarento, infelicidade, má-sorte, azar; o Dicionário Prático da Língua Nacional, de Mesquita de Carvalho, 5a. edição, de 1945; "Caipora" - quem o vê, arrasta consigo uma infelicidade até a morte; há confusão em alguns dos nossos dicionários quanto ao registro de "Curupira" e "Caipora", indivíduo infeliz, pessoa que traz infelicidade às pessoas de quem se aproxima; o Grande Dicionário da Língua Portuguesa, dicionário de Moraes, 1945, na décima edição: "Caipora" - pessoa que, segundo a crendice popular, traz desgraça às pessoas de quem se aproxima, infelicidade continuada em tudo; o novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Hollanda: "Caipora" - ente fantástico, oriundo da mitologia tupi; indivíduo azarado, infeliz, diz-se do indivíduo sem sorte ou que dá azar; o azarado. O Grande Dicionário etimológico, prosódico, da Língua Portuguesa, de Francisco da Silveira Bueno, de 1964, II volume: "Caipora" - infeliz, sem sorte, azarento. Era um duende dos homens indígenas, o homem do mato que dava má-sorte, provocava desgraças. O Dicionário Brasileiro contemporâneo de 1965, na

página 210: "Caipora" - ente fantástico que, segundo a crendice popular, tem os calcanhares para a frente e os dedos para traz; dá azar às pessoas que o encontram; traz infelicidade às pessoas de quem se aproxima, indivíduo infeliz, infelicidade persistente.

Continuando, Srs. Deputados, o Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de origem tupi: "Caiporismo" - ente sobrenatural que trazia infelicidade a quem o via; indivíduo que traz má-sorte aos seus semelhantes; infeliz, azarento, infelicidade, má-sorte, azar.

No entendimento do Governo do Paraná, no Sul, "Curupira" é índio bom; do Maranhão para o Sul, "Curupira" é geralmente conhecido como "Curupira-Caipora". O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, observa: "Caipora" - sujeito que, de acordo com a crendice popular, traz desgraça às pessoas de quem se aproxima. O Dicionário Prático da Língua Nacional, de Mesquita de Carvalho: "Caipora" - quem o vê arrasta consigo uma infelicidade até a morte, azarento, que tem azar em tudo. Diz ainda mais: "diz-se de quem, segundo a crendice popular, prejudica o bom andamento dos negócios de outrem; o grande Dicionário da Língua Portuguesa diz que "Caipora" é pessoa que, segundo a crendice popular, traz desgraça às pessoas de quem se aproxima, infelicidade continuada e, em tudo, o grande Dicionário Etimológico Prosódico, da Língua Portuguesa, "Caipora" - infeliz, sem sorte, azarento, o homem do mato que dava má-sorte e provocava desgraças; o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Hollanda, diz que "é o indivíduo que, pela simples presença provoca infelicidade, azar, indivíduo que provoca a infelicidade em tudo, que traz o azar, é o azarento"; o Dicionário Brasileiro Contemporâneo, "Caipora" - "Azara as pessoas que o encontram, infelicidade persistente, que tem azar, que dá azar".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, baseado portanto em dados os mais seguros e dignos da maior confiabilidade possível, voltamos a nos interrogar:

- O Governo pretende auto homenagear-se ao lançar o "Projeto Curupira", ou, pretende agredir mais uma vez a população paranaense com esse projeto da Secretaria do Interior, com o aval do Governo do Estado do Paraná, que tem o objetivo de preservar o meio-ambiente? Tenho a impressão que, o Governo do Estado do Paraná, digo, que o Sr. Governador do Estado do Paraná não gostaria de ser homenageado com o título de "Vigilante Curupira", ou de apenas, "Curupira", ou, ser agraciado com o selo do "Projeto Curupira", enfim, certeza temos de que, não gostaria, o Sr. Governador do Estado do Paraná, de, ser um Curupira. Por isso mesmo é que trazemos nesta Casa, nesta terça-feira, a nossa indignação, e, para saber como é que o Governo do Estado do Paraná teve a coragem de escolher, como símbolo dessa campanha, a figura do Curupira, e, acima de tudo, como tem coragem de pretender transformar o Curupira, em símbolo nacional! E tenho a impressão que, quando recebeu este projeto, o Secretário Paulo Nogueira Baptista, da Secretaria Especial do Meio-Ambiente em Brasília, também, de momento, deveria desconhecer o significado de "Curupira".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a palavra o Governo do Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso

do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente gostaríamos de comentar notícia veiculada em órgãos de comunicação social, ontem, e que informavam ao povo paranaense muito particularmente à classe dos Servidores Públicos do Estado, sobre uma possível ameaça à concessão do aumento de vencimentos já previsto em lei, para agosto deste ano. E a nossa manifestação neste momento é da mais absoluta confiança, da mais absoluta tranquilidade, porque temos a convicção serena, certa e irreversível de que, este aumento, será concedido, e concedido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no índice mais alto possível, pelo Governo Ney Braga, e entendo necessário fazer este pronunciamento, para desmanchar as nuvens escuras que, rondando o universo dos Servidores Públicos Paranaenses, poderiam causar alguma desconfiança o que, em minha opinião, não seria justo, exatamente por nós sabermos a seriedade com que o atual Governo tem tratado da política Pessoal; mesmo que haja dificuldades, mesmo que a nossa Receita Tributária não se comporte como nós todos paranaenses esperamos, nós temos a certeza de que o Governador Ney Braga fará os últimos esforços possíveis, para atender aos servidores públicos paranaenses, e não só Ney Braga, aquele que vai sucedê-lo na chefia do Governo do Paraná, o Vice-Governador Hosquem de Novaes.

Matéria tratada com esta seriedade, não pode, absolutamente, ser colocada em dúvida, por quem quer que seja e nós temos aqui a satisfação de transmitir a impressão que colhemos em setores responsáveis do Governo do Estado, já também respondendo a questionamentos que nos foram feitos por grupos de servidores públicos do Paraná, por pessoas que merecem a nossa confiança integral, o nosso respeito, merecem a nossa consideração e por esta consideração é que estamos aqui, nesta tribuna, assegurando que o aumento em agosto será concedido, assegurando que a lei será cumprida, assegurando que o Governo do Paraná, por orientação expressa do Governador Ney Braga, não vai deixar desamparados os servidores públicos deste Estado.

Quero também comentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados uma questão meramente partidária, mas que me toca profundamente. Os Srs. Parlamentares sabem perfeitamente a posição que nós assumimos em relação ao processo sucessório, quando nos engajamos, desde o primeiro momento dentro do Partido Democrático Social, à candidatura do ex-Prefeito Saul Raiz e este nosso engajamento nos custou, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, um certo distanciamento do Prefeito de Curitiba, cidade que nos deu 53% da votação que obtivemos em 1978, cidade que nos deu mais de 15.000 votos, cidade onde nós temos a nossa base política e onde temos a nossa vida e ontem quando se instalava o Comitê de Curitiba, pró candidatura de Saul Raiz ao Governo do Paraná e Ney Braga ao Senado da República e o que eu constatei e o que outros Deputados companheiros nossos constataram, foi a declaração indiscutível, clara, do Prefeito Jaime Lerner, afirmando que ele estava perfeitamente integrado numa campanha que há de levar o PDS novamente ao Governo do Paraná, com Saul Raiz.

E não quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ser acusado, mesmo que remotamente, de praticar uma injustiça, do ponto de vista político, mesmo porque é uma hora em que nós temos que estar colocando acima de qualquer outro interesse, de qualquer outra conveniência, uma causa maior, que é a causa de

servir ao Paraná e ninguém, no processo sucessório de 15 de novembro, vai poder servir tão bem o Paraná, quanto Saul Raiz, graças a Deus. Ninguém, Sr. Presidente. Entendo a declaração de ontem, pública, do Prefeito Jaime Lerner, como importante, como expressiva. Expressiva e importante porque nós sabemos o peso de Curitiba na próxima eleição, expressiva e importante porque nós sabemos que o Prefeito de Curitiba disputou a preferência dos Senhores Parlamentares, disputou a preferência dos Senhores Prefeitos, numa pré-convenção que o nosso Partido fez democraticamente, apesar de alguns maledicentes, pretenderem afirmar à opinião pública, de que o nome do nosso candidato, foi imposto por uma estrutura superior e aqui estão todos os Deputados do PDS para dar o seu testemunho. Aí estão todos os Prefeitos do Paraná, todos os Delegados do nosso Partido à convenção regional. Aqui estão todos os nossos companheiros que foram consultados e que se manifestaram favoravelmente ao nome de Saul, como candidato do nosso Partido, ao Governo do Paraná.

Ocupamos a tribuna nesta hora para render, para fazer este ato de justiça, é porque temos a consciência, Sr. Presidente, de que o tempo em que a política comportava as mesquinhas, as atitudes menores, este tempo está passando; não passou de todo ainda, mas há de passar a partir do momento em que nós todos assumirmos a consciência de que realmente política se deve fazer com seriedade, com dignidade e com respeito, e a minha convicção de que Saul será o nosso Governador do Paraná, com o apoio do Paraná, graças a Deus.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 91/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Galo. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA”, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 113/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a

“ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de LONDRI-NA-PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1981.

(a) RUBEN VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A “ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede e foro no Distrito de Guaravera, Município de Londrina-Pr., fundada em 1.º de outubro de 1954, com duração indeterminada, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 3.270, de 11 de maio de 1981, tem como finalidade pugnar pela democracia e liberdade fundamentais do homem; dar apoio e estímulo à crítica sã; lutar pela emancipação e elevação cultural do povo brasileiro, incentivando e trabalhando por todos os meios possíveis, à prática das culturas cívicas, morais e intelectuais; lutar pelas causas de justiça e de direito; promover conferências, debates, reuniões sociais e culturais a título de aprimoramento do nível cultural dos seus associados, bem como prestar, na medida do possível, serviços de assistências sociais e filantrópicas.

Encontra-se em pleno funcionamento de suas atividades e atende as determinações previstas em lei.

A ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, por sua própria condição e pelos relevantes trabalhos que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 113/81

PARECER

O nobre Deputado Ruben Valduga propõe a declaração de utilidade pública à ASSOCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE GUARAVERA, com sede no Distrito de Guaravera, do Município de Londrina.

A documentação anexada comprova a existência de todos os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6.994, de 12 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a matéria.

A iniciativa encontra conforto na Constituição, é jurídica e obedece às formalidades regimentais.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,

BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/81, de autoria do Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que dá nova denominação ao Município de Nova Prata. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 150/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Município de Nova Prata, criado pela Lei n.º 7272, de 27/12/79, passa a denominar-se NOVA PRATA DO IGUAÇU.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

1.º - A mudança que se propõe para a denominação do município, é uma aspiração da sua população, e que deveria estar constando já na proposição que originou a criação daquela comuna, a fim de caracterizar o novo município com a sua posição geográfica em nosso Estado.

2.º - O Município de Nova Prata criado pela Lei n.º 7272, de 27/12/79, ainda não foi instalado, razão pela qual deixamos de apresentar a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2, Lei Orgânica dos Municípios.

3.º - Cumpre assinalar que no Rio Grande do Sul, já existe o Município de Nova Prata.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 150/81

PARECER

O nobre Deputado Deni Schwartz propõe nova denominação ao Município de Nova Prata. Em lugar de Nova Prata, pretende ele que o município passe a denominar-se Nova Prata do Iguaçu.

Justifica a medida com a anuência da população e que já existindo no Estado do Rio Grande do Sul, um município com o mesmo nome, convém não só evitar confusão, como cumprir norma federal.

As exigências da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 para essa modificação não se aplicam à hipótese em questão, já que o município ainda não se instalou e, portanto não possui autoridades constituídas para serem consultadas.

O projeto é oportuno e nada contém de injurídico ou inconstitucional.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 1.º de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
PAULO CAMARGO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vitório Greboge, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelas Bodas de Prata sacerdotais do Monsenhor Jorge Antônio da Costa Guimarães, realizada em 22 de dezembro de 1981.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando seja designada a data de 27 de abril próximo, para a Sessão Solene de entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Calixto de Medeiros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 1/82, que cria o Município de Sulina, desmembrado do Município de Chopinzinho.— **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação.

(É procedida a verificação de votação.)

13 Srs. Deputados o aprovam; 13 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 150/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 06/79, 82 e 126/81.

Levanta-se a sessão.